EXPERIÊNCIAS FEMINISTAS NARRADAS NO ESPAÇO VIRTUAL

Debates sobre Interseccionalidade e Feminismo Negro¹

Feminist experiences narrated in virtual space

Debates on Intersectionality and Black Feminism

FREITAS, Larissa Viegas de Mello ²

Resumo: Ao longo desta década tem crescido cada vez mais as iniciativas de escrita na internet como forma de fomentar e ampliar os debates sobre as demandas do feminismo brasileiro. Mobilizações, organizações de protestos, debates e produção de conhecimentos têm sido uma constante entre feministas que se juntam em coletivos virtuais para exporem suas demandas e reivindicações políticas. Este artigo visa propor uma reflexão acerca dos conteúdos produzidos e publicados em duas páginas virtuais feministas importantes para esse contexto, as Blogueiras Feministas e as Blogueiras Negras. Desde 2010 e 2012 são postadas uma série de publicações que giram em torno das questões de feminismo, gênero, raça, interseccionalidade, políticas públicas, educação, violência de gênero, dentre outras. O enfoque será dado para as publicações que se dedicaram a refletir sobre o conceito de interseccionalidade e feminismo negro, de modo a compreender os diálogos entre passado e presente que esses escritos preconizam.

Palavras-Chave: Feminismo. Mulheres Negras. Interseccionalidade. Internet. Blogs.

Abstract: Throughout this decade, internet writing initiatives have grown increasingly as a way to foster and broaden the debates about the demands of Brazilian feminism. Mobilizations, protest organizations, debates and the production of knowledge have been a constant among feminists who come together in virtual collectives to expose their political claims. This article aims to propose a reflection on the contents produced and published in two feminist virtual pages important for this context, the Blogueiras Feministas and the Blogueiras Negras. Since the years of 2010 and 2012, a series of texts have been published that revolve around issues of feminism, gender, race, intersectionality, public policies, education, gender violence, among others. The focus will be given to the publications that have focused on the concept of intersectionality and black feminism in order to understand the dialogues between past and present that these writings advocate.

Keywords: Feminism. Black Women. Intersectionality. Internet. Blogs.

¹¹ Recebido em: 15 mai. 2018. Aceito em: 08 ago. 2018.

² Mestra em História pela UFSC e doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. laryfreitas@hotmail.com.

Este artigo tem por objetivo lançar reflexões acerca de uma parte importante da história recente das mobilizações de mulheres no Brasil: o ativismo mediado pela internet – um fenômeno chave nesta segunda década do século XXI. À contrapelo do caos político e da crise de representatividade que têm assolado o Brasil nos últimos anos, iniciativas de organização feminista em coletivos virtuais têm ganhado cada vez mais força, espaço e adeptas na sociedade.

No ano 2015, foi difundido em inúmeros veículos de comunicação que uma verdadeira “primavera feminista” estaria em curso. Muitas militantes do movimento feminista na atualidade concordam (ao menos em parte) com essa afirmação, pois, de fato, desde 2015 têm ocorrido uma série de marchas e grandes mobilizações de caráter feminista por todo o país, organizadas quase totalmente por meio da internet. O termo “primavera³ feminista” apareceu em diferentes lugares da internet e tem sido propagado desde então por numerosos canais de comunicação – de mídias alternativas, portais digitais, grande imprensa, blogs, até discussões em coletivos e núcleos acadêmicos espalhados nacionalmente.⁴ Essas iniciativas são um demonstrativo de que a pluralidade de demandas do feminismo tem repercutido e alcançado cada vez mais simpatizantes, em larga medida, devido à circulação de seus debates e lutas possibilitada pelas redes sociais virtuais.

O contexto que levaria a essa primavera feminista tem como marco importante o ano de 2010, data da primeira eleição de Dilma Rousseff, quando o simbolismo de uma mulher ter sido pela primeira vez eleita Presidenta da República gerou ressonâncias importantes para o movimento feminista brasileiro, sobretudo em termos de representatividade e fomento a políticas públicas por igualdade racial e de gênero. Também no ano de 2010, a rede social *Facebook* se firmava no Brasil e no mundo como uma importante via de discussões políticas e mobilizações em rede. Desde então,

³ Esse nome faz alusão ao movimento anterior, que ficou conhecido no ocidente como Primavera Árabe, no qual mobilizações populares contra governos autoritários em países no norte da África e Oriente Médio foram organizadas em 2010 e 2011 através da internet, sobretudo pelo *site facebook*. A esse respeito ver: Luz, 2014.

⁴ A esse respeito ver o documentário realizado pelo canal a cabo GNT, chamado “Primavera das Mulheres” (2017), bem como as matérias disponíveis nos seguintes *sites* de notícias: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/uma-primavera-feminista-para-acabar-com-o-inverno-conservador-defende-militante/>; https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html; [8213.html; http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html](http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html);

inúmeras páginas virtuais feministas têm sido criadas. Muitas delas são organizadas e coordenadas coletivamente e têm se dedicado a publicar textos e reflexões que englobam toda a multiplicidade que a histórica teoria feminista envolve.

Para compreendermos a complexidade do movimento feminista atualmente é preciso atentar ao fato de que se trata de um movimento social heterogêneo, composto por variadas correntes e perspectivas teóricas sendo que o chamado feminismo negro e interseccional, foco deste artigo, é uma delas. No espaço virtual⁵ é possível perceber que teorias e debates das diversas “ondas”⁶ e correntes do feminismo dialogam. Ali as premissas básicas e históricas do feminismo, como as lutas pelo direito de tomar decisões sobre o próprio corpo, sem intervenção do estado, assim como de combates a diferentes formas de violências de gênero ou de raça, ou as lutas por paridade salarial são expostas de maneiras cada vez mais influentes e abrangentes, evidenciando novas configurações do feminismo brasileiro.

No ciberespaço, as possibilidades de acesso, informação e formação feminista são inúmeras, já que é notável o número cada vez maior de sujeitas que se dispõem a construir páginas virtuais que trazem variados tipos de debates e propostas de ações feministas. Os *blogs* e *sites* de compartilhamento de conteúdos, como o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram*⁷, dentre outros, têm sido importantes vias de continuação e

⁵ Espaço virtual, ambiente virtual ou ciberespaço são terminologias sinônimas comumente utilizadas para se referir à socialização através da internet. Neste sentido, entende-se espaço virtual como “ambiente das ações e interações dos sujeitos sociais organizados” (Velloso, 2008. p. 103).

⁶ Uso a divisão do feminismo em ondas a partir das reflexões de Matos (2010) e Coelho (2016), as quais nos indicam que historicamente é possível evidenciar a existência de quatro ondas feministas ocorridas no mundo ocidental, dentre os quais se inclui o Brasil, ao longo do século XX. Uma primeira onda teria acontecido no começo dos anos 1900, reivindicando o direito ao voto. Na segunda onda, ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, as mulheres organizaram-se para reivindicarem direitos aos seus corpos, sexualidade, ficando conhecida pelas palavras de ordem: “O pessoal é político.” Acrescenta-se ainda a essa fase, as lutas das mulheres contra a ditadura militar brasileira. A terceira onda teria ocorrido ao longo das décadas de 1990 e 2000, período de redemocratização do país com organizações de ONGs feministas, lutas contra o neoliberalismo e das primeiras tentativas de organizações do feminismo através da internet, no chamado ciberfeminismo. Na quarta onda, inserida no momento ao qual vivemos atualmente, o movimento feminista, sobretudo brasileiro e latino americano, estaria se direcionando para as lutas relacionadas do chamado Sul Global, questionando teorias eurocêtricas, se apropriando, de forma mais ampliada, das teorias sobre interseccionalidade, pós-colonialidade e decolonialidade e das Novas Tecnologias da Informação e comunicação (NTCI) para realizar suas reivindicações políticas. Além disso, essa quarta onda pode ser compreendida como um período no qual se viu um aumento, das políticas públicas voltadas para as questões de gênero e políticas para mulheres e um crescimento, ainda que insuficiente, da participação institucional das mulheres na política.

⁷ Ainda que não estejam no foco desta análise, é importante destacar a crescente importância que outros sites e aplicativos para *smart phones* tem adquirido para o contexto que este trabalho investiga. São eles a rede social *Twitter*, assim como os aplicativos *Instagram* e *Whatsapp*. Esses dois últimos são mais

ampliação do feminismo no Brasil. Todos esses *sites* ou *websites* oriundos da internet têm transformado significativamente as formas de comunicação a nível nacional e internacional de modo que, através disso, têm colaborado para a conscientização e formação dos mais variados grupos de pessoas por todo o país.

Neste sentido, esse artigo visa contribuir com esse debate a partir de uma análise historiográfica⁸ de um conjunto de publicações feministas oriundas de duas páginas da internet, as Blogueiras Negras e as Blogueiras Feministas, buscando compreender as mobilizações feministas neste tempo em que vivemos e suas aproximações com mobilizações feministas do passado, através da chave da interseccionalidade. Ou seja, por meio da análise das narrativas e vestígios do passado que estão presentes nas publicações desses dois *sites* feministas serão lançadas algumas reflexões sobre as aproximações e distanciamentos entre o passado e o presente do movimento feminista brasileiro.

Esses *sites* possuem o formato de *blogs*⁹ e foram formados a partir de debates coletivos entre feministas de diferentes lugares e a escolha por investigá-los se deve ao fato de que estão entre os pioneiros na divulgação e ampliação do alcance das reflexões sobre feminismo no Brasil. Inúmeras lideranças feministas da atualidade iniciaram nessas páginas virtuais ou em algum momento de suas trajetórias publicaram neles.

utilizados em telefones celulares e também têm possibilitado trocas variadas de informações entre seus adeptos.

⁸ Esse artigo possui a proposta de realizar uma análise dentro do campo da historiografia, a partir da perspectiva da chamada História do Tempo Presente que, de forma resumida, compreende o tempo presente como um tempo historicamente construído e, portanto, passível de análise histórica assim como o tempo passado (Rouso, 2012). Portanto, esse estudo não se aprofunda em discussões, igualmente importantes, tais qual uma contextualização maior sobre mídias sociais e *media literacy* (alfabetização midiática). A esse respeito, ficam as seguintes sugestões de leitura: DOURISH, Paul. GENEVIEVE, Bell. *Divining a digital future: mess and mythology in ubiquitous computing*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2011; MILLER, Daniel. *Tales from Facebook*. Cambridge: Cambridge Polity Press, 2011; HIRZALLA, Fadi. ZOONEN, Liesbet van. RIDDER, Jan de. *Internet Use and Political Participation: Reflections on the Mobilization/Normalization Controversy*. The Information Society, 2010, pp. 1-15.

⁹ *Blog* é um *software* social com um formato muito próximo ao de um *site*. Por isso, pode-se dizer que um blog é um tipo mais simples de site. Porém, foi pensado para que pessoas não especializadas em programação digital pudessem manejá-lo com facilidade, já que o acesso e as ferramentas de elaboração têm um formato simplificado e são disponibilizadas gratuitamente. Os *blogs* são voltados para a elaboração de páginas na internet que tenham um caráter mais pessoal de escrita. Os *sites* com formatos de *blogs* surgiram no final da década de 1990, nos Estados Unidos e ao longo da década de 2000, se popularizaram no Brasil. De acordo com Zago (2009, p. 2), “[...] Os *blogs* são veículos de publicação digital, comumente associados à ideia de diários virtuais, nos quais um ou mais autores publicam textos, geralmente sobre uma temática específica, em ordem cronológica inversa e de forma frequente. A simplicidade com que se pode publicar textos em um *blog* fez com que a ferramenta alcançasse uma relativa popularidade no mundo todo.”

As autoras desses dois *blogs*, para além de se identificarem como mulheres feministas, se aproximam também em dois aspectos fundamentais: a defesa de um feminismo que seja interseccional e na proposta de 'enegrecer' o feminismo, a partir de um olhar pós-colonial.¹⁰ Assim, a investigação será conduzida procurando compreender as conexões entre as categorias feminismo, raça e interseccionalidade¹¹ dentro do debate feminista no tempo presente.

O *blog* Blogueiras Feministas foi formulado a partir de um grupo de mulheres oriundas de diferentes locais do Brasil que fazia discussões sobre temas feministas variados via e-mail, ao longo do ano de 2010. Com o crescimento do número de participantes desse grupo de email surgiu a ideia de construírem um *blog* coletivo onde pudessem expor e fomentar esses e outros debates acerca de temas relacionados ao movimento feminista.¹² O modelo de escrita das publicações do site possui um caráter que ora é informal, ora é mais acadêmica, algo que depende muito do tema explorado e da autora da publicação.

O Blogueiras Negras foi fundado em 2012, e também é composto por militantes feministas espalhadas por todo o Brasil. Possui um modelo muito parecido ao do Blogueiras Feministas, porém com o diferencial de que somente podem publicar neste espaço mulheres feministas que sejam negras. Muitas de suas idealizadoras já publicavam anteriormente no Blogueiras Feministas e foi a partir de debates e campanhas de ativismo anti-racista promovidas por esse primeiro que o segundo foi formulado.

São ali discutidos temas variados, como violência de gênero, racismo, identidade, resistência, direitos sociais, reprodutivos etc. Todas essas categorias são analisadas sob

¹⁰ De forma resumida, pode-se dizer que o olhar pós-colonial é uma perspectiva crítica com relação aos efeitos negativos das colonizações europeias na era moderna em diversos locais do mundo, as quais desde o século XVI até meados do século XX construíram sistemas de dominação nocivos, excludentes e racistas sobre os povos colonizados. Neste sentido, as chamadas pós-colonialidade e a posterior decolinialidade compõem conjuntos amplos, diversificados e complexos de teorias que visam problematizar, desvendar e desconstruir esses efeitos nocivos, propondo novas formas de se compreender e valorizar a construção de conhecimento e as práticas cotidianas dessas regiões anteriormente colonizadas. A esse respeito ver: Ballestrin, 2013.

¹¹ A proposta de um feminismo que seja interseccional está intimamente relacionada a teorias ligadas a pós-colonialidade e ao chamado giro decolonial. A esse respeito ver: Ballestrin, 2013 e 2017.

¹² Informações colhidas no site Blogueiras Feministas. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/about/nossa-memoria/>. Acesso em agosto de 2018.

o prisma da categoria raça. Isso ocorre, pois as idealizadoras do Blogueiras Negras entendem que há demandas e especificidades das mulheres negras que não são levadas em conta pelas diversas vertentes do feminismo brasileiro – considerado muitas vezes branco, de classe média, eurocêntrico, acadêmico. Por exemplo, o fato de a violência contra as mulheres incidir em números muito maiores sobre as mulheres negras é algo que precisa ser problematizado pelo movimento feminista e pela sociedade como um todo, mas é, de modo geral invisibilizado, o que acaba eclipsando as possibilidades de mudança dessa situação. O *blog* Blogueiras Feministas também enfoca questões referentes ao feminismo negro, porém, a necessidade da formação do Blogueiras Negras posteriormente indica uma necessidade de dar maior destaque para as especificidades das demandas das mulheres negras, que têm sido historicamente desconsideradas. E, como será visto, o Blogueiras Feministas demonstra atualmente forte apoio a isso.

A escolha por analisar ambos neste artigo foi feita devido ao fato de que essas páginas estão entre as primeiras iniciativas de escrita sobre feminismo na internet - inclusive, uma das pioneiras desse movimento de *blogs* feministas, Lola Aronovich¹³, cujo *blog* individual “Escreva, Lola, Escreva”, é um dos mais conhecidos e antigos da internet, é também uma das autoras que compôs a lista inicial que posteriormente formulou o Blogueiras Feministas, em 2010. Foi também a partir dessas iniciativas que várias outras páginas virtuais feministas foram criadas nos anos seguintes, tais quais: Não Me Khalo, Feminismo Sem Demagogia, Casa da Mãe Joana, Think Olga, Ativismo de Sofá, Biscate Social Clube, Moça Você é Machista, Lugar de Mulher, Portal Geledés, Portal Catarinas, dentre várias outras.

A interseccionalidade nas publicações do site Blogueiras Negras

Praticamente todas as escritoras do Blogueiras Negras se autodenominam feministas negras e interseccionais¹⁴. O feminismo negro e interseccional, na concepção

¹³ O *blog* “Escreva Lola Escreva” surgiu em 1998, e atualmente é considerado um dos principais mobilizadores de discussões sobre o movimento feminista no Brasil. Ver: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/>. Acesso em agosto de 2018.

¹⁴ É importante frisar que muito embora o Feminismo Negro e a proposta da Interseccionalidade possuam relações muito próximas, não significam a mesma coisa, tendo surgido em momentos históricos distintos – o primeiro durante a década de 1970 e a segunda no final da década de 1980.

dessas blogueiras, possui a proposta de ser contra-hegemonico, antirracista, não eurocentrado, subalterno, das margens, pós-colonial e, fundamentalmente, compreende que há um entrecruzamento de opressões de raça, classe, gênero, sexualidade, geração sobre as mulheres.

O termo Interseccionalidade foi cunhado em 1989 pela advogada feminista e professora de direito estadunidense Kimberlé W. Crenshaw. O conceito de Interseccionalidade foi desenvolvido em sua tese de doutorado, que posteriormente gerou seu mais famoso artigo, chamado *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politic*.¹⁵ Embora a autora reconhecesse que essa categoria já fosse trabalhada antes por coletivos de mulheres negras dos Estados Unidos, constatou que ainda não existia um nome que fosse comum nessas análises, por isso Kimberlé considerava importante registrar oficialmente a importância da Interseccionalidade e o que representava para as lutas das mulheres negras naquele período.

Crenshaw (1989) formulou a Interseccionalidade como uma proposta teórica que tem por base a análise da realidade social, a partir de uma perspectiva que observa a intersecção ou o entrecruzamento de diferentes categorias como, por exemplo, raça, gênero, classe, geração, orientação sexual, etc. para compreender as violências que acometem as mulheres. Dessa forma, a autora analisa que as inúmeras formas de opressões as quais as mulheres estão submetidas nunca ocorrem de forma isolada, mas de alguma forma sempre se interseccionam. Além disso, para Crenshaw, a violência atinge mulheres brancas e mulheres negras de formas diferenciadas, pois considera que há especificidades nas experiências das mulheres negras que não atingem as mulheres brancas, pois essas últimas não sofrem racismo. Por esse aspecto, a questão racial possui um destaque em sua teoria.

Kimberlé Crenshaw postulou que as opressões precisam ser pensadas sempre de forma conjunta, pois esse raciocínio seria capaz de explicar as complexidades e especificidades que envolvem as posições desiguais e as injustiças que acometem os sujeitos na sociedade. Por exemplo: uma mulher jovem, negra, pobre e lésbica está suscetível a tipos de violências físicas e simbólicas que somente podem ser

¹⁵ Tradução Livre: Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: Uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação. Teoria Feminista e Política Antirracista.

completamente compreendidas se forem analisadas de forma entrecruzada, já que o exame dessas opressões de forma isolada dificilmente daria conta de uma explicação mais aprofundada sobre as condições históricas, estruturas sociais e as relações raciais e de gênero que as originam.

No Brasil, anos antes da publicação de Crenshaw, debates com uma perspectiva de se observar as opressões de forma cruzada ou somada também ocorreram, sobretudo por coletivos de mulheres negras – apenas não possuíam, evidentemente, a nomenclatura ‘interseccionalidade’. (Souza e Bianchi, 2015). Na década de 1980 esses debates se associaram a propostas que visavam “enegrecer o feminismo”. (Carneiro, 2003a). A expressão “enegrecer o feminismo” foi cunhada pela intelectual Sueli Carneiro, também durante a década de 1980, e é uma crítica a um tipo de feminismo branco, heterossexual, acadêmico, de classe média que vem sendo questionado desde longa data. De acordo com Carneiro (2003, p. 118),

[...] Enegrecer o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais.

Assim, aliado a esse posicionamento de Carneiro, o artigo de Crenshaw (1989) que organizou e teorizou sobre a Interseccionalidade foi gradativamente sendo conhecido em várias partes do Brasil e da América Latina, circulando entre meios acadêmicos e movimentos sociais diversos, sendo debatido em diversos grupos de discussão feministas. No Brasil, o conceito de interseccionalidade foi desde o início bem aceito por militantes de coletivos de mulheres negras, pela coerência dos argumentos de Crenshaw. (Werneck, 2014, p. 325-327). Porém, foi somente a partir de meados dos anos 1990 que a nomenclatura passou a integrar mais amplamente as reflexões teóricas e o discurso político dos coletivos de mulheres negras do país, alcançando maior expressividade após a virada dos anos 2000. (Moutinho, 2014. p. 220-240).

Nas publicações das Blogueiras Negras que serão expostas a seguir é evidente a construção de diálogos entre diferentes gerações do feminismo a respeito da interseccionalidade e do feminismo negro. Um exemplo está na publicação de Patrícia Anunciada, em uma postagem de 2015:

[...] O Feminismo Interseccional é de extrema relevância atualmente porque auxilia na organização das pautas das mulheres negras levando em consideração as suas reais necessidades, já que elas sofrem uma tripla opressão: racismo, machismo e preconceito de classe social. Sabemos que as opressões a que as mulheres negras são submetidas vão muito além de seu gênero, pois além do machismo enfrentam o racismo, uma forma de opressão extremamente violenta, mas que é velada em nossa sociedade e nos atinge de forma não só a minar nossa autoestima, nos levando a rejeitar nossos corpos, mas impondo barreiras à nossa presença em espaços de poder.

[...] O surgimento do Feminismo Interseccional tem como algumas de suas principais figuras as estudiosas Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde e bell hooks. No Brasil, é importante destacar a figura de Lélia Gonzales (sic).¹⁶

Entre os nomes citados por Patrícia, aparece o de Lélia Gonzalez, que foi uma das principais intelectuais ativistas do projeto feminista negro no Brasil. Lélia foi antropóloga, professora e uma das editoras do periódico *Mulherio* – publicação feminista que esteve em circulação nos anos 1980. Nesse lugar de editora, Lélia muitas vezes questionou o fato de ser a única feminista negra ali presente.¹⁷ Todavia, desde antes do lançamento do *Mulherio* Lélia já tecia fortes críticas ao feminismo que era organizado por mulheres brancas e de classe média. Na visão de Lélia Gonzalez isso expressava, naquela época, que, “[...] o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de negação do racismo.” (Gonzalez, 1979 p. 15). E continuando seu raciocínio, Gonzalez (1979 p. 15) atenta para o fato de que era “[...] impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca se tem feito às custas da exploração da mulher negra”. Esses apontamentos feitos por Lélia Gonzalez permeiam várias publicações do site *Blogueiras Negras*.

Outra autora que consta como uma referência imprescindível para as escritoras desse *blog* é Sueli Carneiro. Essa intelectual feminista é atualmente a coordenadora da ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra, cujo portal chamado, “Portal Geledés” é amplamente conhecido, por ser uma espécie de repositório de debates que ocorrem

¹⁶Anunciada, Patrícia. *Feminismo interseccional um conceito em construção*. Publicação do site *Blogueiras Negras*, em 29/09/2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/>. Acesso em agosto de 2018.

¹⁷ Informação disponível na publicação de Tolentino, Luana. *Por um feminismo plural: o ativismo de Lélia Gonzalez no jornal Mulherio*. Publicação do site *Blogueiras Negras*, em 16/07/2013. Disponível em: < <http://blogueirasnegras.org/2013/07/16/lelia-gonzalez-jornal-mulherio/> >. Acesso em agosto de 2018.

virtualmente sobre gênero, feminismo negro, racismo, violência doméstica, a condição das mulheres negras na sociedade, etc. Muitas publicações do Blogueiras Negras e do Blogueiras Feministas estão registradas no banco de dados do *site* Geledés, inclusive.

Sueli Carneiro há décadas se consagra como intelectual e ativista de peso na organização das feministas negras no Brasil; produziu e continua produzindo apontamentos, que vão à mesma direção aos de Lélia Gonzalez. (Souza e Bianchi, 2015, p. 12). Carneiro (1984) considera que há graves problemas de relacionamento entre o movimento feminista e as mulheres negras. E que os principais motivos geradores desses problemas ocorrem porque “[...] mesmo oprimida, a mulher branca vem se beneficiando da desqualificação profissional, moral e estética das mulheres negras e não brancas em geral” (Carneiro 1984, p. 14). Para a autora, essa relação tem sido historicamente problemática, pois é marcada por falas desconsideradas, silenciamentos, desigualdades ignoradas, o que tem gerado tensões e ressentimentos dentro do Movimento Feminista.

Já em meados da década de 1980, Sueli Carneiro (1984, p. 14) advertia que “[...] uma aliança entre mulheres negras e brancas só será possível se o movimento feminino questionar os privilégios sociais da mulher branca.” Nesse mesmo raciocínio, Souza e Bianchi (2015, p. 13), discorrendo sobre essa fala de Carneiro, ponderam: “[...] Isso significa, em última instância, admitir os privilégios decorrentes do pertencimento ao grupo racial hegemônico e abrir espaço para que a crítica a esse sistema hierarquizante se torne uma pauta fundamental da luta pela libertação feminina.” Ou seja, de acordo com esse raciocínio, para que uma mudança profunda ocorra nas relações de poder é fundamental que as mulheres brancas reconheçam a sua branquitude e se unam para derrubar privilégios de raça que ainda oprimem mulheres negras em todos os lugares, inclusive dentro do movimento feminista.

Tal qual o conceito de interseccionalidade, o conceito de branquitude mencionado acima também é amplamente trabalhado nas publicações das Blogueiras Negras, sobretudo quando levantam as discussões sobre raça, racismo e colonialidade. Frankenberg (1999, p. 70) compreende a branquitude como “[...] um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode

atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo.” Essa compreensão faz parte do que ficou conhecido em meados do século XX por estudos críticos sobre branquitude, que originaram-se nos estudos críticos sobre raça e racismo nos Estados Unidos. (Cardoso, 1998, p. 23). Indicam primordialmente que todo o continente americano possui a experiência comum de ter em suas bases relações sociais marcadamente racistas. Isso se deve ao fato de que as Américas foram colonizadas, majoritariamente, por portugueses, espanhóis e ingleses e que seu sistema colonial gerou a lógica de escravizar os povos africanos para uso compulsório de sua força de trabalho, desde o século XVI até o século XIX. Para tornar esse sistema escravocrata legítimo, inventaram a justificativa de que aqueles povos seriam seres humanos inferiores, por suas características fenotípicas (cor da pele e traços físicos). Por isso, as regiões colonizadas pelos europeus produziram sociedades fundadas sob o espectro secular de uma superioridade racial branca que se perpetua até os dias atuais.

A ideia de raça, nesse sentido, constituiu-se com a característica de ser direcionada apenas para quem possui uma tonalidade de pele, um fenótipo, diferente do caucasiano. Assim, as pessoas que são da raça branca não se colocam ou não são colocadas como grupos racializados, devido a essa construção histórica com base racista que vem desde o século XVI. (Quijano, 2010). Ou seja, os brancos são naturalmente considerados a norma, e quem possui raça são todos os outros que não são encaixados como brancos. Isso levou a construção de uma lógica de que pessoas brancas são vistas unicamente como pessoas, e as que possuem outra tonalidade na pele são classificadas como pessoas negras, pessoas indígenas, pessoas asiáticas etc. Enfim, de acordo com essa compreensão, a população negra está sempre carregando a sua raça, enquanto as pessoas brancas são vistas como indivíduos. (Schucman, 2010, p. 48).

Ademais, há dispositivos de poder da raça branca com relação a outras raças, que reforçam a ideia de branquitude. Os estudos críticos sobre a branquitude evidenciam os privilégios de quem é da raça branca e identificam que são tão naturalizados em nossa sociedade que até a mais progressista pessoa da raça branca pode não enxergá-los, a menos que faça um exercício consciente de autocrítica – algo que dificilmente é feito. A “cegueira” generalizada com relação a esses privilégios contribui para a manutenção do racismo. A branquitude é, portanto, “[...] um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos,

objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo.” (Cardoso, 2010, p. 611).

É dentro dessa lógica de combate ao racismo e à “cegueira” da branquitude que Lélia Gonzalez e Suelli Carneiro, dentre várias outras, foram pensadoras que questionaram a invisibilidade das demandas das mulheres negras dentro do feminismo brasileiro, já durante as décadas de 1970 e 1980. Porém, nas publicações do Blogueiras Negras que são oriundas da década de 2010, reivindicações muito parecidas ainda são feitas. No trecho que segue, da publicação escrita por Tais Evandra de Carvalho Teles dos Santos, essa relação próxima entre as demandas de décadas anteriores e as demandas atuais também é perceptível:

Estamos. Somos. RESISTIMOS¹⁸. Somos mulheres negras. Você ainda não nos viu? Pois é! Muitas vezes vocês não nós veem. Mas somos nós quem sentimos e vivenciamos essas experiências. Nós somos o verdadeiro “nó” interseccional do qual falou Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, dentre tantas outras mulheres negras que não falam, mas sim, gritam nesses silencio colossal e secular que é a situação da mulher negra na sociedade dos países terceiro mundistas.

Mas veja! Quando tirar as vendas... Não se esqueça dos espaços que vimos conquistando. Nossos passos vêm de longe. Liderando quilombos como Teresa de Benguela, Dandara e Acotirene. Lideramos grupos e organizamos revoltas como Luiza Mahim, Anastacia. Fomos mulheres como Chica da Silva. Atuamos em espaços de disputas sindicais como Laudelina de Campos Melo.

Fomos e somos poetisas e escritoras como Maria Carolina de Jesus. Fomos e somos acadêmicas e intelectuais negras como Beatriz Nascimento. Somos Lélia Gonzales (sic), Teresa Santos, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Stephanie Ribeiro e tantas outras mulheres negras que “são” e “estão” todos os dias em embates, somos Marias, Sônia e Gloria. Somos Mulheres. [...] Somos Negras todos os dias em confronto, todos os dias num enfrentamento cotidiano, fazendo feminismo na pratica, criando “Safe Space” espaços seguros como disse Patricia Hill Collins.¹⁹

O conceito de Interseccionalidade é enfatizado nesse texto, de modo a retomar importantes autoras que já trabalharam com ele em décadas passadas, assim como na atual. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, várias teóricas feministas norte-americanas começaram a se apropriar do conceito de Interseccionalidade. Tanto as autoras citadas

¹⁸ Destaque da escritora do blog.

¹⁹ SANTOS, Taís Evandra de Carvalho Teles dos. *Onde estão as mulheres negras*. Publicação do site Blogueiras Negras, em 24/11/2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/11/24/onde-estao-as-mulheres-negras-2/>. Acesso em agosto de 2018.

nos trechos anteriormente expostos – Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Teresa Santos, Djamila Ribeiro, Stephanie Ribeiro – como as próprias autoras dessas duas postagens, Patrícia Anunciada e Tais Evandra de Carvalho Teles dos Santos, possuem em comum a adesão a essa perspectiva Interseccionalidade.

Há uma interação constante entre demandas individuais e demandas coletivas nesses textos publicados, que se aproxima muito de falas de autoras clássicas do feminismo negro. Além de trazer novamente a ênfase em se pensar nas mulheres negras de forma interseccional, esses textos expõem um traço muito comum a todas as autoras que publicam no *blog* *Blogueiras Negras*: são produtoras e produtos dos conteúdos publicados. Por isso os nomes de autoras que as inspiram são constantemente citados. Nos dizeres de uma das coordenadoras do *Blogueiras Negras*, Charô Nunes:

Somos mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com histórias (sic) de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria história e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas histórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual.²⁰

Esse movimento de trocas contínuas gera uma produção de saberes na qual elas, ao mesmo tempo em que ensinam, também aprendem com o que é publicado pela rede na qual se inserem. Por isso a ênfase em abordar várias nuances de opressões e formas de racismo, suas autoras, suas histórias, suas subjetividades, estratégias de militância, registrando que naquele espaço estão perpetuando uma forma de resistência, luta por direitos e por reconhecimento.

Em outra publicação, cujo título é “Porque um feminismo negro”, produzido no ano de 2013, a autora Mara Gomes busca explicar sobre a necessidade do feminismo negro e também traz questões importantes sobre suas especificidades:

Tenho a impressão que essa discussão sobre feminismo, geralmente, se limita apenas a algumas mulheres. Não que seja um feminismo limitado, um feminismo classista, obviamente não, porque a ideia central do feminismo é igualdade, igualdade essa que deve ser de gênero e também entre mulheres. Mas então por que um feminismo negro se esse feminismo deve englobar todas mulheres?

²⁰ Informação presente na seção *Quem Somos* do blog *Blogueiras Negras*. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em julho de 2018.

O feminismo tem seu início, como um movimento social, na época de XVIII e XIX quando as mulheres buscavam a igualdade de direitos civis, principalmente o direito ao voto, essa época era chamada de primeira onda feminista. Nesse momento as lutas eram centradas nos EUA e Inglaterra e a mulher negra não se incluía assiduamente nessa discussão, porém não significa que não existiam negras feministas nessa época.

[...] A exemplo de Sojourner Truth e Harriet Tubman, além de outras, no século XIX a luta dessas mulheres negras era por uma liberdade diferente. Elas buscavam se verem livres das amarras e dos resquícios da escravidão. Sojourner Truth filha de escravos e ex escrava foi ativista pelos direitos dos negros e das mulheres e o questionamento que fez em um dos seus discursos mais famosos foi: *Ain't I a woman?* (Eu não sou uma mulher?). A mulher negra é uma mulher igual a mulher branca? Se é, então por que é tratada diferente, por que não tem os mesmos direitos?

Entrando na segunda onda entre 1960 e 1980 a mulher negra ganhou um papel mais forte na história do feminismo, porque foi fundada nos EUA a National Black Feminist Organization em 1973 e, antes disso também, feministas negras haviam aparecido e criado uma literatura nova. Essa fase foi marcada como uma fase de transição, entre o que o feminismo já tinha conquistado na primeira onda, e a libertação sexual feminina. A segunda e a terceira onda coexistirão, foi quando se começou a discutir o que chamamos hoje de “Teoria da diferença” o argumento era que, embora a diferença de sexo recebia toda a atenção, outras diferenças também eram essenciais e deviam ser reconhecidas e tratadas. [...] ²¹

Nesses trechos, a autora faz uma breve reconstituição histórica sobre momentos distintos do movimento feminista no ocidente, tanto a Primeira Onda, como a Segunda Onda. Com relação ao período que marcou a Primeira Onda do feminismo, Mara Gomes retoma Sojourner Truth e Harriet Tubman, para indicar que as reclamações sobre a invisibilidade de demandas de mulheres negras possui registros desde o século XIX. Quando se fala em movimentos de mulheres no período do final do século XIX e começo do século XX, geralmente se evidencia o movimento das Sufragistas.

Ainda que não tivessem feito parte do movimento das Sufragistas, mulheres negras também atuaram nesse período da Primeira Onda, se reconhecermos que a divisão em ondas do movimento feminista também pode servir como um demarcador de uma época; para além de englobar um conjunto de ideias, como geralmente é definido. (Davis, 2016, cap.4) Sojourner Truth e Harriet Tubman estiveram presentes nessa

²¹ GOMES, Mara. *Feminismo Negro*. Publicação do site *Blogueiras Negras*, em 13/06/2013. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2013/06/13/feminismo-negro/>. Acesso em agosto de 2018.

época, representando demandas de várias outras mulheres negras, assim como as mulheres brancas estiveram ali.

Destaco aqui o nome de Sojourner Truth, pelas relações que existem em torno de sua figura entre importantes escritoras do feminismo negro. Sojourner foi uma mulher negra submetida à condição de escrava nos Estados Unidos desde criança. Um tempo depois, quando a escravidão foi abolida no norte dos Estados Unidos, Truth foi liberta, tornando-se posteriormente ativista contra a escravidão nos territórios que ainda mantinham o regime, ao sul do país. Nos anos de 1851 e 1852, ocorreram a primeira e a segunda “Convenção anual de Direitos das Mulheres”, na cidade de Akron, Ohio. Na primeira convenção, Truth realizou um discurso intitulado: “Não sou eu uma mulher?”, no qual questionava se ela, enquanto mulher negra, também não era uma mulher. Em um trecho de sua fala, Truth aponta:

[...] Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoitamento também! E não sou uma mulher?

Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? [...] (Truth, 1851 *apud* Davis, 1981, p. 49-52).

Os dizeres de Truth demonstram que as reivindicações sobre os problemas das mulheres negras vêm de longa data e em alguns aspectos pouco mudaram. O discurso evidenciava fundamentalmente o privilégio branco, fosse ele das mulheres brancas ou dos homens brancos. De acordo com Davis (1981, p. 70 - 75), não se sabe ao certo se Truth foi convidada para aquela convenção sobre direitos das mulheres, ou se ela foi por iniciativa própria. De todo modo, Truth foi a única mulher negra a participar desse evento em Ohio, no ano de 1851. Na plateia, havia a presença de diversos homens brancos e negros, os quais diziam que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, pois eram naturalmente frágeis e intelectualmente incapazes, dentre outros preconceitos. Esse discurso de Sojourner Truth é obviamente datado e precisa ser interpretado de acordo com a cultura da época e as demandas das mulheres que ali

viveram. Para os fins dessa investigação, interessa elucidar que esse discurso está em mais evidência atualmente do que talvez jamais esteve. Em grande medida, isso ocorre pelas manifestações do feminismo na internet e nas redes sociais vituais e, evidentemente, através do Blogueiras Negras.

A fala de Truth é considerada um marco histórico para as militantes do movimento das mulheres negras, estando presente em pelo menos dois livros importantes sobre o feminismo negro dos Estados Unidos. São eles, “Não sou eu uma mulher”, de bell hooks, e na obra de Angela Davis, “Mulheres, raça e classe”, ambas publicadas em 1981. O nome da obra de bell hooks, “Não sou eu uma Mulher”, é uma menção direta ao discurso de Truth feito em 1851. Nos capítulos quatro e cinco dessa obra, bell hooks enfatiza diversos momentos nos quais o Movimento das Sufragistas dos Estados Unidos foi abertamente racista, além de afirmar a importância de mulheres negras que já nesse período denunciavam esse racismo, como Sojournei Truth. E além do racismo, denunciavam também as ações declaradas de sexismo por parte dos homens que participaram dessa conferência. A escritora destaca que Sojournei Truth participou da primeira e da segunda Conferência Anual de Mulheres por Direitos de Ohio, ocorridas nos anos de 1851 e 1852. Bell hooks (2014, p. 115) afirma que havia uma tentativa explícita de silenciamento de Sojournei vinda tanto de homens brancos e negros, como de mulheres brancas. Esse racismo e sexismo evidentes são marcas de um passado que ainda persiste. Assim como Ângela Davis, a escritora bell hooks é uma das principais teóricas que trabalham com o conceito de interseccionalidade na atualidade. Dessa forma, também possui uma escrita marcada pela denúncia de um racismo que se perpetua em sistemas de opressão ligados a questões de raça, gênero e classe.

No texto a seguir, cujo título é: “Vocês vêem preconceito em tudo”, a autora Viviane de Paula faz menção a uma matriz de dominação em que raça, gênero e classe social relacionam-se em diferentes perspectivas, ou seja, existe uma abordagem interseccional que, na visão dela, precisa ser considerada.

Percebo que, para grande parte das pessoas com as quais convivo, os discursos racistas da mídia e da sociedade em geral, são comuns e despretensiosos, isto é, apenas "coisa" da minha cabeça.

[...] Por vezes, não há um espaço, peculiar e específico, para se pautar o feminismo negro nos movimentos feministas. Embora para nós - mulheres negras, militantes e feministas - esteja estampado que o machismo contra a negra é mais cruel, certos grupos feministas chegam

a desconsiderar esse fato. Minimizar a luta desses movimentos contra os discursos e atitudes machistas não é o objetivo, mas refletir sobre a necessidade singular de se escutar a voz da mulher negra.

[...] A experiência da opressão é dada, sobretudo, pela posição que ocupamos numa matriz de dominação em que raça, gênero e classe social relacionam-se em diferentes perspectivas. Não é difícil notar que a mulher negra, em uma sociedade desigual, racista e sexista, vivencia a opressão de um lugar bem distinto.²²

Nos trechos destacados, é possível perceber que as críticas centrais giram em torno da branquitude que permeia os movimentos feministas brasileiros, já que não colocam o recorte de raça como algo central. É novamente pontuado que a opressão não é unicamente de gênero, mas também de raça. O termo “silenciamento”, assim como a expressão “minimizar a luta”, que aparecem nesse texto, também são recorrentes em vários outros textos do *Blogueiras Negras*. Esse texto é de 2014, mas é possível afirmar que tanto em 1964, como em 1974, e em 1984, 1994 e 2004, palavras e expressões com esse mesmo significado também foram acionadas. Essas décadas tiveram evidentemente conjunturas sócio-políticas e culturais específicas, porém essa reivindicação a respeito de uma invisibilidade, onde lutas e opressões têm sido minimizadas, silenciadas ou desconsideradas, aparece como algo constante e praticamente imutável, tendo-se em vista que perdura de forma ainda muito eloquente nessas publicações e não unicamente como uma menção histórica.

A interseccionalidade nas publicações do site *Blogueiras Feministas*

As publicações sobre feminismo interseccional são muito maiores no *site* *Blogueiras Negras*, porém, as *Blogueiras Feministas* também têm produzido conteúdos com esse tema. Atualmente, esse *blog* também se identifica como feminista interseccional. Essa identificação não ocorreu desde o começo; os debates sobre Interseccionalidade foram gradativamente ganhando espaço ao longo dos anos e, em 2013, aproximadamente três anos após o início do *blog*, o feminismo interseccional se tornou uma bandeira forte entre elas.

²² PAULA, Viviane de. *Vocês veem preconceito em tudo: o silêncio da mulher negra nos movimentos feministas*. Publicação do *site* *Blogueiras Negras*, em 22/12/2014. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2014/12/22/voces-veem-preconceito-em-tudo-o-silencio-da-mulher-negra-nos-movimentos-feministas/>. Acesso em setembro de 2018.

As publicações desse *blog* sobre o tema da Interseccionalidade demonstram que o que levou o coletivo das Blogueiras Feministas a essa identificação foi a aproximação gradual que foram tendo com as discussões sobre racismo e feminismo. Algumas das coordenadoras do Blogueiras Feministas são negras e, desde o começo do *blog*, vêm trazendo debates sobre racismo, relações de gênero e interseccionalidade. Ademais, muitas autoras que escreveram dentro da categoria de “Blogueiras Convidadas”²³ são negras.

No trecho a seguir, é possível observar uma das primeiras iniciativas de mobilizar o que foi chamado de “Blogagem Coletiva Mulher Negra”:

Nós, Blogueiras Feministas, apoiamos a Blogagem Coletiva Mulher Negra 2012, que tem como objetivo aproximar duas datas significativas para o debate feminista a partir de uma perspectiva étnico-racial: o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e o Dia Internacional de Combate À Violência Contra a Mulher (25 de novembro).

Para fazer parte da Blogagem Coletiva Mulher Negra 2012 basta publicar seu post entre os dias 20 e 25 de novembro falando sobre representatividade, beleza, consumo, sexualidade, trabalho e/ou direitos humanos. Não esqueça de enviar um email informando sua colaboração para: acharolastra@live.com. **Participe!**²⁴

Esse trecho foi escrito na mesma época das primeiras publicações do Blogueiras Negras, o que demonstra o apoio do Blogueiras Feministas para a formação do Blogueiras Negras e o comprometimento de ambos os *blogs* em problematizar e evidenciar as datas históricas de combate ao racismo e ao machismo, entendendo que ambos são categorias que podem ser trabalhadas conjuntamente.

Esse movimento de apoio gradativo ao feminismo negro e interseccional também pode ser visto no texto de Letícia Howes, escrito em 2013, cujo trecho foi destacado seguir:

Na lista de discussão e no site, o Blogueiras Feministas está ainda caminhando, Tateando, rumo à interseccionalidade. Nesse processo, ainda temos um longo caminho a percorrer. Por isso, também, decidi publicar o texto nesse espaço.

²³ Esta seção do *blog* abre espaço para qualquer pessoa que queira publicar um texto naquele espaço, desde que atenda aos critérios de submissão de textos previamente propostos pelas coordenadoras. Isso ocorre tanto no Blogueiras Feministas, como no Blogueiras Negras.

²⁴ Trecho disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2012/11/as-conquistas-do-povo-negro-e-a-valorizacao-de-sua-identidade/>. Acesso em agosto de 2019.

*Aviso: este texto foi escrito do ponto de vista de uma mulher branca, heterossexual, cissexual e de classe média.*²⁵

[...] Quando a gente já se está há mais tempo na militância, quando se conhece mais a fundo o feminismo, a gente passa a entender que o feminismo de blogs e revistas pode não contemplar toda a problemática do movimento; pode, muitas vezes, até ser excludente.

A gente não pode passar a vida inteira dentro do feminismo sem enxergar isso. Sem enxergar que há um feminismo aí que fala em igualdade de gêneros mas, por vezes, ignora que a igualdade perpassa por muitas instâncias. E que não adianta lutar por igualdade só para mim, ou só para o meu grupo – eu, mulher branca, cis, hétero e de classe média. Porque este não é o mundo que eu quero para mim – um mundo que atenda somente às minhas demandas. Acho – e não estou sozinha – que isso é urgente. É urgente um feminismo que não ignore a realidade e entenda e abrace a militância como algo que vá além dos próprios interesses.

Se feminismo é sobre igualdade, não podemos falar sobre igualdade sem falar nos grupos historicamente oprimidos. Também pelo fato de que as mulheres, dentro desses grupos, estão quase sempre em uma posição ainda mais desigual e vulnerável – lembrando que as opressões se inter-relacionam, não se excluem.²⁶

A partir desse trecho, é possível perceber a sinalização nítida das organizadoras do *blog* para a adoção da proposta Interseccional. É notável também que no início do texto está o destaque a uma inserção na lógica da interseccionalidade, que é muito recente e que, portanto - segundo a autora-, pode conter ainda alguns equívocos. A escrita de Letícia Howes mostra também o porquê da necessidade da Interseccionalidade. Seu texto continua:

É muito importante falar de misoginia, sim, essa violência que atinge e mata mulheres de todas as classes, mas também é importante não ignorar a violência que segrega e mata diariamente as pessoas trans, a violência que repudia e espanca as pessoas homossexuais, a violência que castiga e extermina as populações negra e indígena. Fora outros tipos de opressões sociais que perpassam nossa sociedade e excluem pessoas com deficiência ou que não se encaixam nos padrões físicos ou comportamentais.

E por que falo sobre isso? [...] Porque dá para fazer tudo isso dentro do feminismo, sabe? Porque é possível abraçar uma luta sem abrir mão de outra. Ninguém nunca disse que elas são excludentes.

Então, assim como defendo e apoio o feminismo “pop”, também estou do lado desse feminismo mais “marginal” – o feminismo interseccional.

²⁵ Grifos da autora

²⁶ Howes, Letícia. *O feminismo interseccional esse marginal*. Publicação do site Blogueiras Feministas, em 10/12/2013. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2013/12/o-feminismo-interseccional-esse-marginal/>. Acesso em agosto de 2018.

Marginal porque olha para aqueles grupos que ninguém quer olhar, porque causa incômodo, porque nos faz sair da nossa zona de conforto, porque nos coloca cara a cara com nossos privilégios.

[...] Então, quando a gente aponta isso, o esquecimento da interseccionalidade, não é simplesmente para fazer crítica, porque nós adoramos criticar as “colegas”, não é por perseguição; é porque nós acreditamos que não dá mais para fazer esse feminismo baseado no umbiguismo, no “*se está bom pra mim, é o que basta*”.

O meu feminismo será interseccional, ou não será.²⁷

O tom de autocrítica mesclada com a fala coloquial em primeira pessoa e o uso de gírias denota a tentativa da autora de se fazer entender de forma simples e buscando ser abrangente o quanto for possível, ainda que discorra sobre um tema complexo. A publicação de Letícia também explicita duas questões centrais nos feminismos que estão sendo disseminados na internet atualmente: a primeira é a questão geracional, que envolve estratégias diferenciadas de se fazer ouvir e nas formas como isso ocorre.

O texto tem um tom pessoal e uma linguagem característica de uma geração que nasceu no final do século XX (décadas de 1980 e 1990) e que anuncia um tipo de feminismo considerado “pop” – um termo emprestado de um tipo de música que surgiu nos anos 1980 e que reverbera até hoje, servindo para indicar tudo que se populariza dentro de uma lógica capitalista, consumista, ocidental e que está estreitamente vinculado a um tipo de cultura forjada nos Estados Unidos. Há uma nítida tentativa de validar duas vertentes do feminismo, nas quais a primeira é mais ligada ao feminismo liberal e outra é mais ligada ao feminismo interseccional que, inclusive, se opõe ao liberalismo e ao capitalismo. Mas ainda que sejam linhas do pensamento feminista que divergem em vários aspectos, há o esforço da autora de procurar “harmonizar” as dicotomias, ao indicar que embora goste das propostas do feminismo que considera “pop”, não fecha os olhos para reivindicações feministas que não possuem tanta evidência, considerado marginal, e que também precisam ser problematizadas.

A segunda questão é que, ao mesmo tempo em que a temática geracional aparece, a escrita remete a questões históricas do feminismo, dialogando com temas como margens e centro, transfeminismo, minorias historicamente oprimidas e a relação disso com a Interseccionalidade. Quando a autora afirma: [...] Também estou do lado desse feminismo mais “marginal” [...]. Marginal porque olha para aqueles grupos que ninguém

²⁷ Idem

quer olhar, porque causa incômodo, porque nos faz sair da nossa zona de conforto, porque nos coloca cara a cara com nossos privilégios. É possível pensar também na relação da proposta Interseccional com o conceito de branquitude, no que diz respeito à realização de uma autocrítica por parte da autora com relação aos privilégios de ser da raça branca e de classe média, e de perceber que as opressões que a atingem não são as mesmas opressões que atingem outras mulheres mais pobres e negras, indicando a importância de pensar a sua militância feminista a partir da proposta Interseccional.

O próximo trecho refere-se a uma publicação do ano de 2016 no Blogueiras Feministas: nele já é perceptível que várias questões levantadas por Letícia Howes, como Interseccionalidade e questões de raça e de classe em 2013, já estavam mais conhecidas entre as feministas que publicavam no blog naquele ano; e também por um público mais amplo que tem acompanhado essas discussões pela internet:

O Feminismo Negro leva em consideração a combinação de diversas opressões, a de gênero, de raça e classe social. No início da primeira onda feminista, por volta dos anos 20, o termo feminismo incluía apenas a opressão de gênero, sendo assim se considerava que a mulher era oprimida apenas em função de seu gênero.

[...] O Feminismo Negro é muito discutido atualmente e é importante porque inclui na organização das pautas feministas as reivindicações das mulheres negras levando em consideração as suas reais necessidades, já que elas sofrem uma tripla opressão. Além do machismo, enfrentam o preconceito de classe social e o racismo, que abala não só sua autoestima, mas impõe barreiras à sua presença em espaços de poder.

[...] Hoje as mulheres negras têm [...] se empoderando e contribuindo para o empoderamento de outras mulheres negras, ocupando os espaços de poder, reivindicando seus direitos, denunciando e lutando contra o extermínio da juventude negra, contra o racismo institucional que visa impedir sua mobilidade social, e contra um sistema opressor que insiste em manter a população negra no porão da sociedade.²⁸

Esse trecho compõe um texto que foi escrito pela militante Patrícia Anunciada – autora já citada no subtítulo anterior, ou seja, ela possui publicações nas duas páginas feministas aqui pesquisadas. No trecho, é perceptível que, após três anos, as discussões sobre feminismo negro já haviam avançado, a ponto de autora reconhecer que “O Feminismo Negro é muito discutido atualmente.” Houve um considerável avanço no que

²⁸ ANUNCIADA, Patrícia. *Uma conversa sobre feminismo negro*. Publicação do site Blogueiras Feministas, em 07/03/2016. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/03/uma-conversa-sobre-feminismo-negro/>. Acesso em setembro de 2018.

diz respeito à ampliação do conhecimento sobre o feminismo negro e os debates propostos no Blogueiras Feministas contribuiu para isso. As pautas que Anunciada levanta são basicamente as mesmas que as levantadas pelas escritoras do Blogueiras Negras. O fato de Patrícia Anunciada ser colaboradora em ambos os *Blogs* é mais uma indicação da circulação de militantes nesses espaços virtuais, com o intuito de fomentar e ampliar cada vez mais o debate sobre as lutas do feminismo.

Os temas da Interseccionalidade e do racismo continuam aparecendo nos anos posteriores, como pode ser visto nos trechos destacados do texto de Debora Albu, de 2014:

Saindo de uma conferência sobre feminismo e enfrentamento à violência contra a mulher nesse contexto de 21 dias de ativismo²⁹ só consegui sentir uma felicidade enorme, apesar do peso e da dor que esses temas nos trazem. A felicidade vinha da materialidade que o conceito de interseccionalidade tinha tomado ali. Uma mesa composta por mulheres de diferentes gerações, cores, territórios, ancestralidades e experiências concretizou aquilo que a teoria, muitas vezes, fica aquém de dar conta.

[...] Hoje, cada vez mais tem se falado em interseccionalidade não só como um aporte metodológico, mas também como uma identidade política. Isso traz uma questão: como ser interseccional em nossas práticas enquanto feministas?

A mesa que assisti foi um exemplo. Vi ali a concretização de uma mistura qualitativa de discursos e identidades que produziu um caleidoscópio quase literal: visões e posições distintas que somadas geraram terceiras, quartas, quintas, múltiplas composições. Tais composições não eram uníssonas, nem representavam consensos, representavam exatamente a diversidade e pluralidade de vozes do movimento feminista no Brasil e, nesse caso específico, no Rio de Janeiro.

[...] Cada uma ali trazia consigo um conjunto de múltiplas identidades: jovens, avós, negras, nordestinas, periféricas, do candomblé e, por isso, cada vivência e discurso foram únicos. Ao mesmo tempo, entre elas, no público presencial e no público virtual (a conferência foi transmitida ao vivo), havia uma quantidade enorme de conexões e identificações, que nos aproximavam e nos permitiam trocas objetivas e subjetivas de saberes.³⁰

Débora indica em suas reflexões que a pluralidade das identidades presentes na reunião da qual participou a levou, por um lado, a compreensão sobre a relevância do

²⁹ Grifos da autora

³⁰ ALBU, Debora. *Interseccionalidade na pratica descobertas e táticas*. Publicação do site Blogueiras Feministas, em 14/12/2016, Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/12/interseccionalidade-na-pratica-descobertas-e-taticas/>. Acesso em agosto de 2018.

conceito de Interseccionalidade para o movimento feminista e, por outro lado, a fez indagar sobre como implementar essa proposta em suas práticas feministas e nas de suas companheiras de militância. Esses questionamentos diferem bastante daqueles levantados no outro subtópico sobre as Blogueiras Negras, já que nessa página há a convicção à priori da necessidade da adoção da Interseccionalidade para as lutas feministas. Já entre as escritoras do Blogueiras Feministas, essa noção da importância da Interseccionalidade é algo que vai sendo construído aos poucos.

Esse movimento gradual na adoção de algumas pautas, notado nesse *blog*, em paralelo com uma urgência apontada no outro, demarcam dois lugares de fala bastante distintos sobre o feminismo. Entre as Blogueiras Negras, se fala desde o seu surgimento, na necessidade urgente da Interseccionalidade, que é um conceito que já existe há tempos, indicando que já passou da hora de ser incluído nas discussões feministas. Já entre as Blogueiras Feministas, de maioria branca, a própria forma gradual com a qual vão se identificando com o conceito indica que suas demandas, apesar de serem extremamente válidas e relevantes, possuem o privilégio, digamos, de não se depararem com as urgências trazidas pela proposta Interseccional. Quer dizer, quando uma mulher é negra e milita pela causa feminista, já identifica inicialmente que sua existência geralmente está marcada pelo espectro do racismo, da objetificação, da desumanização de seu corpo, de sua existência, pois passa por isso desde a mais tenra idade. Já as mulheres brancas, apesar de estarem sujeitas a inúmeras as violências e injustiças por sua condição de mulher numa sociedade estruturada por uma masculinidade heterossexual, hegemônica e violenta, ainda assim não estão submetidas a determinadas opressões, que somente as mulheres que são identificadas como afrodescendentes passam. Isso pode servir para explicar porque as feministas que são brancas têm a opção (dentre várias) de se identificar ou não com a Interseccionalidade, enquanto que as feministas negras a enxergam como praticamente a única opção possível de feminismo. É exatamente dentro desse raciocínio que o texto publicado por Débora continua:

[...] Saí do debate convencida de que precisamos ser interseccionais todo dia, em cada resistência. Ter empatia na fala, saber escutar antes de dizer. Não sei a vivência daquela pessoa, não sei o que marca ela, não sei o que ela passou. Quando colocamos isso em suspenso, abrimos espaço para o outro, o novo, aquilo que simplesmente não sabemos. Porque não temos como saber. Abrimos espaço para criarmos conexões, mesmo que finas e quase invisíveis, sobre aquilo que é comum entre eu e aquela pessoa.

Mas e além de ouvir, o que acontece quando abrimos espaço para essa diferença? Não sei se tenho uma resposta, mas tenho certeza que produzimos algo a partir desse encontro. Mesmo que seja algo duro de ouvir, de sentir e de lidar. Algo que nos ajuda a moldarmos nossos feminismos de forma propositiva, em direções mais múltiplas e, por isso, mais coletivas.

O movimento feminista no Brasil tem se de/parado com o debate de vertentes de uma forma tão intensa que, muitas vezes, produz uma paralisação efetiva de diálogos importantes para produzir tais direções de um caminhar mais coletivo. Que fique claro: não defendo um consenso ou unidade, mas sim, como coloca impecavelmente Chandra Mohanty, a “*diferença comum*”, que nos permite “*ver melhor as conexões e comunalidades [...] e explicar tais cruzamentos de fronteiras [...] a fim de construir coalizões e solidariedades através dessas fronteiras.*” (Mohanty, 2003, p. 505; tradução livre).

Que busquemos isso coletivamente nas interseções do nosso caminhar. Juntas.³¹

Debora Albu é mestra em Gênero e Desenvolvimento pela *London School of Economics*. Faz parte da rede Agora Juntas, que visa construir um espaço colaborativo feminista no Rio de Janeiro e colaboradora da Revista Capitolina. Acredita que a micropolítica é a forma de resistir (pelo menos por enquanto).³²

Fica evidente a proposta de parcerias, de alianças, de serem construídas pontes entre as feministas a partir da lente Interseccional. Essa proposta também demonstra uma questão geracional importante presente nesses *blogs*: por muito tempo, discussões feministas ocorridas, seja no âmbito acadêmico, seja dentro de coletivos não virtuais, partidos políticos, movimentos sociais etc., não deram conta de superar, ou mesmo de combater as ausências ou os silenciamentos de pautas ligadas ao racismo sofrido pelas mulheres negras. E através das iniciativas de escrita feminista coletiva na internet, as esses grupos de discussões estão começando a perceber, de forma mais rápida e menos resistente, a necessidade de tirar da invisibilidade as demandas ligadas ao feminismo negro.

Com relação ao título do texto de Débora Albu, “Interseccionalidade na prática, descobertas e táticas”, é notável que remeta a debates formulados por Michel Foucault e Michel de Certeau, quando discorreram sobre como se configurariam as táticas dentro das estratégias – sendo as táticas as ações das pessoas consideradas comuns e as

³¹ Grifos da autora

³² ALBU, Débora. *Interseccionalidade na pratica descobertas e táticas*. Publicação do site Blogueiras Feministas, em 14/12/2016. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/12/interseccionalidade-na-pratica-descobertas-e-taticas/>. Acesso em agosto de 2018.

estratégias as concentrações de tomada de poder dentro das estruturas (Certeau, 2003, p. 91-129). Certeau, ao pensar no cotidiano da vida em sociedade, compreendeu que apesar de a maioria da população viver afastada dos lugares de tomada de decisão, ainda assim, dentro de suas realidades cotidianas, elaboram táticas de enfrentamento a opressões e injustiças que, ainda que tenham um efeito micro e não modifiquem visivelmente grandes estruturas de poder, são formas de sobrevivência que trazem mudanças dentro de micropolíticas, sendo capazes de modificar micro relações de poder e gerar fissuras importantes nessas estruturas.

Essas relações, se fossem vistas através de outro ângulo, para além de avaliações unicamente estruturais, evidenciariam que as mudanças ocorrem independente do lugar de onde se movem. As táticas, nesse sentido, seriam importantes empreendimentos de subversão da ordem e gerariam frestas nas estratégias, a ponto de modificá-las. O texto de Débora Albu discorre sobre os contra movimentos, que estão fora dos grandes centros de poder, mas que estão atuando e repercutindo a ponto de, num curto período, já serem capazes de demonstrar sua potência e capacidade de transformação social, como é o caso da militância virtual, da qual ela faz parte.

Outras duas citações do texto de Debora chamam a atenção. A primeira é sobre micropolítica, na qual, ao final do texto, afirma: “Acredita que a micropolítica é a forma de resistir (pelo menos por enquanto).” A outra é sobre “Mohanty, Chandra Talpade. “Under Western Eyes” Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles, 2003.” Ambas se direcionam para o raciocínio de que, ainda que as estruturas sociais sejam perversas, violentas e excludentes e que sempre operem para a manutenção do *status quo* e conservação de estruturas estáticas, na sociedade há também resistências diversas, que operam através de variadas táticas nas fendas internas desse sistema, podendo agir para favorecer e beneficiar determinadas demandas sociais.

Os movimentos sociais, o movimento feminista e os movimentos de esquerda e progressistas como um todo estariam nesse entre lugar das táticas, de modo que muitas reivindicações e lutas foram alcançadas, apesar do conservadorismo das estruturas de poder dominantes, exatamente devido a essa lógica. Essa compreensão de Certeau (2003) pode servir também para entendermos as motivações que têm levado muitas mulheres a terem essas iniciativas coletivas de escrita feminista.

A publicação a seguir, de Naila Chaves, é outro exemplo da ênfase que tem sido dada para as discussões sobre Interseccionalidade neste coletivo das Blogueiras Feministas. Esse texto é de 2015, ano no qual, como já mencionado, ocorreram várias mobilizações, inclusive por parte das feministas negras, naquilo que ficou popularmente conhecido como a “primavera feminista brasileira”. A proposta do texto de Naila Chaves indica a necessidade de serem feitas alianças entre feministas negras e brancas, e as diferentes correntes que existem dentro do feminismo. Mas também chama atenção para a necessidade urgente das problematizações sobre Interseccionalidade serem ampliadas, para além dos espaços das feministas negras, enfatizando que precisam ser debatidas entre todas as feministas.

Desde quando o conceito de interseccionalidade foi difundindo pelos espaços feministas, muita coisa vem sendo (re)pensada. A existência de múltiplas formas de subordinação em um único corpo feminino fez com que repensássemos a ideia de mulher como categoria homogênea.

Questões de raça, classe, sexualidade, etnia e corporalidades não hegemônicas foram sendo incorporadas nos debates feministas, que há pouco tempo restringiam-se aos problemas enfrentados pela mulher branca, magra e de classe média. Obviamente, essa visibilidade seria muito profícua e benéfica se houvesse uma real preocupação com a incorporação destas pautas de forma central. Seria. Mas não é assim que tem funcionado.

Meu objetivo com esse texto não é problematizar as discussões que tem sido travadas, muito menos menosprezar a importância deste tipo de debate, ainda que ele seja composto majoritariamente por mulheres privilegiadas. A questão aqui é fazer uma reflexão sobre os usos errôneos de alguns discursos que envolvem representação de algumas pautas, mas que nem de longe chegam a ser uma preocupação central da militância daquele grupo cotidianamente.³³

O texto de Naila Chaves destaca também que a noção de privilégios está atrelada às possibilidades de escolhas que determinados grupos de feministas podem ter na inclusão ou exclusão de pautas, decidindo quando é conveniente colocar um tema como central nos debates. O próprio fato de poderem escolher a inclusão ou não do tema Interseccional já é um privilégio que as feministas negras, na visão de Naila, não possuem. A palavra chave para resolver essa contradição interna do feminismo, de acordo com esta autora, é autocrítica. Naila é uma feminista negra. É perceptível em seu texto que, tanto para ela quanto para o grupo do qual faz parte, não existe a opção de

³³ CHAVES, Naila. *O falso feminismo interseccional ou o que importa é representar*. Publicação do site *Blogueiras Feministas*, em 23/07/2015. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/07/o-falso-feminismo-interseccional-ou-o-que-importa-e-representar/>. Acesso em agosto de 2018.

escolher outra corrente do feminismo, pois a única que pode contemplar suas demandas é aquela que entende o entrecruzamento das opressões – algo que parece já ter vivenciado pessoalmente. Naila escreveu no Blogueiras Feministas como autora convidada, o que demonstra a abertura do *blog*, por um lado, para debater essas questões, mas de outro lado, também gera o questionamento do por que um tema como este não ser escrito com mais frequência pelas autoras que fazem parte do corpo de escritoras fixas do site Blogueiras Feministas.

Considerações Finais

Após a breve análise dos conteúdos dessas páginas virtuais fica evidente que há uma corrente importante do feminismo que tem sido historicamente desconsiderada, há pelo menos três décadas, pela militância mais ampla do feminismo brasileiro. Ainda que isso não ocorra de forma proposital, é importante que se perceba que essa invisibilidade corresponde a um tipo de opressão dentro de um movimento social que prega a luta contra opressões e desigualdades variadas. Essa é uma contradição interna do feminismo brasileiro que precisa ser problematizada, debatida por todos os coletivos feministas, por todas as variadas correntes do feminismo.

Ademais, tendo-se em vista que o movimento feminista brasileiro tem sido marcado por ser majoritariamente branco, talvez uma via para se repensar essa invisibilidade seja a partir da aprendizagem da noção de branquitude, ou seja, através do raciocínio de que o fato de se pertencer à raça branca traz privilégios com relação à raça negra que precisam ser reconhecidos e problematizados para que sejam superados se quisermos uma igualdade racial e de gênero de fato na sociedade. Neste sentido, o posicionamento político feminista – e, por extensão, de esquerda e progressista e voltado aos direitos humanos – precisa vir acompanhado de uma atitude ativamente anti-racista.

Assim, se as feministas almejam a libertação de todas as mulheres é fundamental compreender que há muitas mulheres que não passam pela discriminação de gênero da mesma forma, e que as mulheres negras passam pelo que pode ser chamado de dupla

opressão: de gênero e de raça – além de estarem submetidas ao machismo impregnado na sociedade estão também submetidas ao racismo arraigado na cultura. E tendo-se em vista que na realidade brasileira a maioria das mulheres negras é também pobre, essa opressão passa a ser, quase sempre, tripla: de gênero, de raça e de classe. Eis a urgência da interseccionalidade destacada ao longo desse artigo.

De acordo com essa linha de raciocínio de crítica à branquitude, as pessoas que são da raça branca e que estão comprometidas com a perspectiva de transformação social podem e devem fazer o exercício de pensar que a raça branca, por ser considerada uma norma, está historicamente colocada num lugar de privilégios e, ainda que muitas vezes, de forma não intencional, acaba perpetuando um racismo que têm a ilusão de combater. Ou seja, se a conscientização e a problematização sobre o que significa ser da raça branca e seus privilégios não forem estabelecidas como pressupostos do combate ao racismo, esse combate não vai ter efeito. E por extensão, a própria luta feminista pode, nesse sentido, perder parte importante de seu potencial transformador, caso persista em continuar deixando de incluir e debater a questão racial e interseccional.

Por fim, mas não menos relevante, é importante frisar que essas iniciativas de ativismo feminista em blogs, sites e redes sociais virtuais estão emergindo ao longo dessa década inseridas no mesmo cenário de polarização política e de crescentes ações de cunho conservador e fascista que se espalham pela internet, e com destaque muitas vezes proporcional. O feminismo e a tal “primavera das mulheres” ou “primavera feminista”, que aqui neste texto deu destaque a proposta interseccional, tem ampliado cada vez mais seu alcance e proposto alternativas importantes de combate a violências variadas, mas essas ações não estão imunes a represálias e tentativas constantes de boicotes e silenciamentos. Deste modo, é inegável a percepção de que, ao longo dessa década, em paralelo com a ampliação dos debates sobre questões feministas e anti-racistas – bem como de outras pautas progressistas, tais como as causas LGBTQTQs – também tem emergido pautas de cunho neoconservador muitas vezes em repúdio a esse crescimento. Ambos os fenômenos são importantes marcadores do período atual e não devem ser pensados de forma distanciada, já que esses levantes reacionários e sectários tendem a geralmente a se opor ao movimento feminista. Sem dúvida, isso é algo que envolve um alerta contínuo para que os graduais avanços que têm sido conquistados não retrocedam em hipótese alguma.

Referências Bibliográficas

- BALLESTRIN, Luciana M. A. (2013). América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 11, p. 89-117.
- BALLESTRIN, Luciana M. A. (2017). Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/42560>. Acesso em setembro de 2018.
- CARDOSO, Lourenço. (1998). *O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- CARDOSO, Lourenço. (2010). Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. Vol. 8 no. 1 ene-jun. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>. Acesso em agosto de 2017.
- CARDOSO, Cláudia Pons. (2012). *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (doutorado), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador.
- CARNEIRO, Sueli. (1984). Me ensinaram a ser mais branca do que negra. *Jornal Mulherio*, ano IV, n. 18. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MULHERIO&pesq=cora%20coralina>. Acesso em: Agosto de 2018.
- CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Tereza. (1985). *A mulher negra brasileira na década da mulher*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina.
- CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. (1993). *Caderno IV da série Cadernos Geledés*. São Paulo, edição comemorativa do 23º aniversário do Geledés Instituto da Mulher Negra.
- CARNEIRO, Sueli. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=en&nrm=iso. Acesso em agosto de 2017.
- CARNEIRO, Sueli. (2003a). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro, Takano Ed..
- CERTEAU, Michel de. (2003). Fazer com: usos e táticas. Foucault e Bordieu. In: _____. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes. p. 91-129.

COELHO, Mayara Pacheco. (2016). Vozes que ecoam: Feminismo e Mídias Sociais. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 11, n. 1, p. 214-224, jun. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em setembro de 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em julho de 2016

DAVIS, Angela. (1981). *Women, Race and Class*. Nova Iorque: Random House.

DOURISH, Paul. GENEVIEVE, Bell. (2011). *Divining a digital future: mess and mythology in ubiquitous computing*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology.

FRANKENBERG, R. (1999). *Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse*. Minneapolis: University of Minnesota.

GONZALEZ, Lélia. (1979). *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*. Comunicação apresentada no VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association, realizado de 05 a 07 de abril em Pittsburgh (USA). Disponível em: https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf. Acesso em agosto de 2018.

GONZALEZ, Lélia. (1986). A cidadania e a questão étnica. In: Teixeira, João Gabriel Lima (org.). *A construção da cidadania*. Brasília: UNB, p. 176.

GONZALEZ, Lélia. (1988). Por um feminismo afrolatinoamericano. *Isis International*, v. IX: 133-141.

HIRZALLA, Fadi. ZOONEN, Liesbet van. RIDDER, Jan de. (2010). *Internet Use and Political Participation: Reflections on the Mobilization/Normalization Controversy*. The Information Society, pp. 1-15.

HOOKS, bell. (1981). *Ain't I a Woman? Black women and feminism*. Cambridge, MA: South End.

HOOKS, bell. (1995). Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, n.2, p. 464-478.

HOOKS, bell. (2000). Mulheres Negras: Moldando a teoria feminista. In: Feminist Theory: from margin to center. Traduzido por: Roberto Cataldo Costa. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16, ano 2015, p. 193 – 210.

HOOKS, bell. (2014). *Não sou eu uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo*. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro. [online]. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: julho de 2018.

LUZ, Camila Antunes da. (2014). *A propagação da democracia na Primavera Árabe: a influência dos fatores internacionais na difusão da democratização na Tunísia, no Egito e na Líbia*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MATOS, Marlise. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, Junho. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em setembro de 2018.

MILLER, Daniel. (2011). *Tales from Facebook*. Cambridge: Cambridge Polity Press.

MOUTINHO, Laura. (2014). Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cad. Pagu* [online], n.42 [cited 2016-08-07], pp.201-248. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00201.pdf>. Acesso em julho de 2018.

QUIJANO, Anibal. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In. SANTOS, Boaventura Souza e MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortêz, 2010.

ROUSSO, Henry. (2012). La contemporanéité au coeur de l'historicité. In: *La Dernière Catastrophe: l'histoire, le présent, le contemporain*. Paris: Gallimard. P. 144-189.

SCHUCMAN, Lia Vainer. (2012). *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

SOUZA, Vivian; BIANCHI Juliane. (2015). *O feminismo descolonial de Houria Bouteldja e o movimento de mulheres negras brasileiro: algumas questões a discutir*. Anais do IV Seminário Enlaçando Sexualidades – Moralidades, Famílias e Fecundidade. Disponível em: http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Comunica%C3%A7%C3%A3oOral_ET44_VivianSouza_JulianeBianchi.pdf. Acesso em maio de 2018.

VELLOSO, Ricardo Viana. (2008). O ciberespaço como agora eletrônica na sociedade contemporânea. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 103-109, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a08v37n2.pdf>. Acesso em Setembro de 2018.

ZAGO, Gabriela da Silva. (2009). *Dos blogs aos microblogs: aspectos históricos, formatos e características*. Rio de Janeiro: BOCC. Arquivo em pdf, disponível na Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, através de link: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/zago-gabriela-dos-blogs-aos-microblogs.pdf>. Acesso em julho de 2018.

WERNECK, Jurema. (2014). Intersecções de raça, etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas. In: Assis, G; MINELLI, L S.; FUNK, S. B. (orgs). *Entrelugares e mobilidades: Desafios feministas*. Tubarão, SC: Copiart. p. 319-328.

FONTES UTILIZADAS:

Blogueiras Negras:

<http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>

<http://blogueirasnegras.org/2013/06/13/feminismo-negro/>

<http://blogueirasnegras.org/2014/12/22/voces-veem-preconceito-em-tudo-o-silencio-da-mulher-negra-nos-movimentos-feministas/>

<http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/>

<http://blogueirasnegras.org/2015/11/24/onde-estao-as-mulheres-negras-2/>

<http://blogueirasnegras.org/2013/07/16/lelia-gonzalez-jornal-mulherio/>

Blogueiras Feministas:

<http://blogueirasfeministas.com/2012/11/as-conquistas-do-povo-negro-e-a-valorizacao-de-sua-identidade/>

<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/o-feminismo-interseccional-esse-marginal/>

<http://blogueirasfeministas.com/2016/03/uma-conversa-sobre-feminismo-negro/>

<http://blogueirasfeministas.com/2016/12/interseccionalidade-na-pratica-descobertas-e-taticas/>

<http://blogueirasfeministas.com/2015/07/o-falso-feminismo-interseccional-ou-o-que-importa-e-representar/>